

SANTA CATARINA: Profa. Aneliense Nacke
Departamento de Ciências Sociais - UFSC
18.09.81

POSTO INDÍGENA XAPECÓ

O Posto Indígena Xapecó, localiza-se na zona oeste do estado de Santa Catarina, nos municípios de Xanxerê e Xaxim, às margens dos rios Chapecó e Chapecozinho.

A área, reservada em 1902 pelo Governo do Estado do Paraná, perfazia um total de aproximadamente 50.000 ha. No entanto, como ocorreu e continua ocorrendo na maioria das reservas indígenas, esta área sofreu gradativamente a espoliação de suas terras e recursos. Dessa forma, em 1965, o IRASC (Instituto de Reforma Agrária do Estado de Santa Catarina), expediu em 2 de outubro de 1965, o título de propriedade nº 7.458, registrando para esta área o total de 15.009,8 ha.

Neste P.I., sobrevivem contingentes da população Kaingang e Guarani, pertencentes aos troncos linguísticos Jê e Tupi respectivamente. De acordo com dados fornecidos pela chefia do P.I., em julho de 1981, esta reserva apresenta um contingente de 1750 indivíduos, distribuídos nas aldeias de Pinhalzinho (84 famílias), sede (157 famílias) Matão (55 famílias), Serra Doce e Água Branca. Já os Guarani, em menor número (36 famílias), localizam-se na Linha Guarani ou Limeira.

Após a expulsão dos posseiros e arrendatários, ocorrida em 1978 e levada a efeito pela população indígena, as famílias deste P.I., com o incentivo das autoridades indígenas, estão se dispersando pela área, localizando-se em sítios, como forma de assegurar a plena ocupação e conseqüentemente evitar novas invasões por parte das populações civilizadas.

O Posto Indígena mantém como autoridade, o Sr. Leônidas Pereira do Vale, chefe do P.I., o Sr. José Domingos Paliano, cacique Kaingang e o Sr. Armindo de Souza, cacique da Linha Guarani. Excetuando-se os funcionários da serraria, este P.I apresenta um total de 13 servidores e 2 estagiários.

O P.I. apresenta ainda como infra estrutura, 2 enfermarias, 8 escolas, escritório do P.I., uma igreja, casas dos funcionários da FUNAI e da população indígena.

A FUNAI, a exemplo do que ocorre em outras áreas sob sua jurisdição, tem implantado nesta reserva Planos de Desenvolvimento Comunitário. Este, elaborado pelo técnico agrícola sediado neste posto, previa para o ano de 1980/81, a efetivação de 150 ha de lavouras coletivas de milho, 400 ha. de lavouras familiares de milho e 100 ha de lavouras coletivas de feijão. O Projeto se propõe ainda a ocupar produtivamente a força de trabalho de 494 indígenas. No entanto, como os projetos desenvolvidos pela FUNAI, são mecanizados, a mão de obra indígena envolvida é muito pequena. A única vantagem auferida pela população é o preparo mecanizado de um pedaço de terra, na maioria dos casos correspondendo ao terreno em frente às suas casas. Evidentemente nem todas às famílias recebem este benefício. Enquanto isso, a FUNAI utiliza as terras indígenas sem pagar qualquer espécie de arrendamento.

Além disso, a FUNAI mantém em funcionamento neste Posto Indígena, uma serraria teoricamente para aproveitamento da madeira desvitalizada. Atualmente, em função da devastação vegetal promovida pela FUNAI, a serraria diminuiu o ritmo de exploração. Hoje a produção mensal autorizada é de 200 dz de pinho e 100 m³ de madeira de lei. Evidentemente o potencial da serraria é muito maior, ela tem capacidade para serrar 3.000 dúzias de tábuas mensais. Atualmente a comunidade recebe o "lixo" da serraria, composto de pontas de pinheiro, aproveitamento de cabos e sobras, este lixo é vendido e os recursos obtidos são utilizados em projetos, elaborados pela liderança indígena em benefício da comunidade. Contudo, toda a renda auferida pela venda do lixo da serraria, bem como dos demais projetos, é enviada à sede da FUNAI, em Brasília, retornando parceladamente, de acordo com as necessidades (pagamento dos funcionários, manutenção do P.I.) ou os planos de aplicação aprovados.

A população, praticamente na sua totalidade está engajada em atividades agrícolas, porém as roças mantidas são de pequena escala, basicamente para subsistência. A maior parte da população continua a trabalhar como diarista para os granjeiros da região. Embora a chefia do P.I. e o cacique Kaingang mantenham um certo controle, no que se refere à remuneração desses índios, existe consciência da exploração a que estes indivíduos estão submetidos. No entanto, nas condições atuais, a alteração dessa situação é difícil, na medida em que as famílias indígenas, em sua maioria não possuem o capital necessário para financiar a plantação. Dessa forma, embora exista disponibilidade de terras para explorar lhes falta os meios de produção. Consequentemente continuam no círculo vicioso da dependência - necessitam trabalhar como diaristas para sobreviver, e esta atividade os impede de efetuarem suas próprias lavouras.

Observa-se ainda, à partir de três anos, a emergência de índios, em sua maioria autoridades. isto é cacique, capitão, que através de processos de financiamento, obtidos pelo acordo com comerciantes locais, utilizem a mão de obra indígena nas suas roças individuais. Neste caso o pagamento normalmente é efetuado em vales, que podem ser descontados em lojas determinadas previamente.

A partir de 1980, seguindo o exemplo de outros Postos, como Mangueirinha, o Chefe do P.I. Xapecó, juntamente com o cacique Kaingang, solicitaram à FUNAI, autorização para associar alguns índios à Cooperativa de Xanxerê. Obtida a autorização e vencidos os entraves burocráticos, cerca de 27 índios foram associados. Estes, como experiência, receberam um financiamento na base de Cr\$60.000,00, mais sementes, insumos e alimentação. Todos os índios cooperativados estão utilizando mão-de-obra indígena, controlada por empreitada, ou pagamento diário. Além disso, normalmente, estes indivíduos contratam o serviço de civilizados tratoristas para preparar a terra. De acordo com informações do cacique, para o ano agrícola 81/82, pretende-se aumentar o número de cooperativados para 40. Estes indivíduos,

evidentemente tem condições de realizarem grandes lavouras.

Uma atividade que tem se mostrado importante para a complementação do orçamento familiar, tem sido a exploração do xaxim, nó-de-pinho e palanques. Durante os meses em que diminuem as atividades agrícolas, as famílias se dedicam principalmente a coletar o nó-de-pinho (o que restou da devastação da cobertura vegetal da área, promovida pelo S.P.I./FUNAI). Este é vendido por m³ à civilizados, que os re-
verdem em centros, como Curitiba e São Paulo, onde são utilizados como combustível. Os palanques, de menor importância, são vendidos à comerciantes da região ou fazendeiros da RS.

Os preços são impostos pelo cacique Kaingang e só podem ser pagos no escritório do Posto Indígena. Do total auferido, os índios devem deixar 10%, sob controle do Chefe do P.I., que teóricamente será aplicado em benefício da comunidade.

A situação neste Posto Indígena, portanto, apresentou-se bastante séria. A maioria da população aí aldeada, continua dependente e explorada. Embora houvesse ocorrido a liberação das terras, a falta de insumos básicos como sementes, juntas de bois, tem mantido os indígenas numa situação de extrema miséria, com as raras exceções. A FUNAI, como órgão tutor, tem mantido a política de empresa capitalista, que visa em primeira instância a auto-manutenção dos postos, e da própria FUNAI, através da exploração dos recursos reservados à esta comunidade.

Observa-se ainda, nesta reserva, uma conscientização por parte das lideranças indígenas e por parte da comunidade, no que se refere à pressão sobre a terra, e à sua conservação. Neste sentido, as lideranças tem desenvolvido planos, que em última análise, atrelam cada vez mais esta área ao modo de produção capitalista vigente no país. Indicativo dessa situação é o incentivo constante, por parte da chefia do P.I. e autoridades indígenas, ao aumento de produtividade, à associação dos índios em cooperativas, à ocupação produtiva das terras da reserva, bem como ao controle e desestímulo, por parte destas lideranças ao trabalho fora da área.